

Cúpula tentará adiar definição

Rubem Azevedo Lima

A realização do próximo pleito presidencial em data a ser marcada 120 dias após a promulgação da futura Constituição é uma das fórmulas que o PMDB poderá adotar, em sua convenção, para neutralizar as manobras destinadas a implodir o partido.

Numerosos dirigentes do PMDB, embora favoráveis à tese dos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, defendem a aprovação dessa fórmula. Se essa proposta for aceita, a data da eleição do sucessor do atual presidente ficará em aberto.

No entendimento dos partidários da idéia do mandato de cinco anos, tal tese parece contar com a maioria dos votos de 728 convencionais peemedebistas, que se reunirão em Brasília, nos próximos dias 18 e 19. Mas, segundo um dirigente do partido, essa possível posição convencional contraria a tendência das bases do PMDB. Sendo assim, a perspectiva de ruptura no interior do partido, sobretudo em suas representações na Constituinte, tornar-se-ia mais aguda.

De acordo com as informações desse dirigente, com a proposta de deixar a data da eleição do sucessor de Sarney em aberto — sua marcação ocorreria 120 dias depois de promulgada a Constituição,

através de norma na parte das disposições transitórias — o PMDB ficaria a salvo de defeções, seja entre os que apoiam o mandato presidencial de quatro ou de cinco anos.

Divisão

Para o peemedebista, dificilmente a eleição do sucessor de Sarney ocorrerá em 15 de novembro de 1988. Segundo comentou, o mandato de Sarney depende do êxito da política econômica do ministro Bresser Pereira. Assim, se essa política fracassar, a Constituinte, deixando a data do pleito presidencial em aberto, poderá marcá-la, até abril próximo, no máximo, para junho, julho ou, na pior hipótese, em setembro de 88.

Quanto à hipótese de divisão do partido, em consequência das disputas que se verificam na Constituinte, poucos peemedebistas acreditam nela. O secretário-geral Milton Reis, por exemplo, acha que se houver defeções no PMDB, "elas não passarão de 60 parlamentares". "Acredito, no entanto", — acrescentou — "que nos conservaremos unidos".

O ex-senador Itamar Franco, hoje no PL por divergências políticas em Minas, também não crê na idéia de criação de um novo bloco partidário para apoio a Sarney. "Muita gente" — diz ele — "pode ter divergências no âmbito do PMDB, mas não estará dispo-

ta a embarcar a aventura da formação de um novo partido".

Centro

O deputado Amaral Netto, líder do PDS, cuja representação é majoritariamente favorável aos quatro anos de mandato de Sarney, reconhece que os atuais partidos carecem de força, mas também acha difícil que se fundem novas organizações de apoio ao governo. "Mesmo porque" — sublinhou ele — "não é hora de formar nada".

A margem de tais opiniões, políticos ligados ao governo confiam em que as circunstâncias favorecerão ao surgimento de um novo partido, de centro, em apoio a Sarney. Essa confiança provém do fato de que o Presidente da República fez uma opção nitidamente conservadora na Constituinte e em torno disso poderão unir-se os conservadores de todos os partidos. Além disso, em prol dessa possível agremiação de centro trabalhariam os diversos grupos que pretendem preservar seus interesses na futura Constituição. Trata-se, no entender dos políticos engajados na idéia de formação desse novo partido governista, de um grupo poderoso, em termos econômicos, e forte, no tocante à sua sustentação militar, pois começa a ganhar corpo, nas Forças Armadas, a tese de que a Constituinte poderá fazer inovações inaceitáveis.

Convenção só recomendará, diz Raphael

Rio — O ministro da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães, disse ontem, que não caberá à convenção de seu partido, o PMDB, fixar o mandato para o presidente José Sarney, embora tenha garantido que o tema será discutido na reunião partidária. Ele afirmou que a convenção se limitará a recomendar à Constituinte um mandato presidencial por ela defendido.

Raphael de Almeida Magalhães entende que a Constituinte é livre, soberana e autônoma em relação a qualquer instância partidária, e deverá fixar o mandato para todos os presidentes da República.

"Parece-me inconcebível que se estabeleça uma regra específica para o mandato do presidente José Sarney, disse o ministro. Para ele, fixação de um mandato presidencial deve ser permanente, é terá de atingir também o mandato de José Sarney.

Quanto à divisão ideológica de seu partido, Raphael de Almeida Magalhães disse não acreditar na cisão do PMDB, porque tanto os grupos de esquerda e de centro reconhecem que, se houver um racha, todos perdem representação junto ao Congresso.

Reunião

A Comissão Executiva Nacional do PMDB reúne-se hoje a partir de 10 horas no anexo IV da Câmara para uma avaliação dos preparativos da Convenção Nacional do partido, a realizar-se nos dias 18 e 19 deste mês. Na reunião, será discutido também o procedimento da votação dos diferentes temas partidários na convenção — se por votação simbólica, nominal ou secreta —, e feita uma análise sobre os temas que deverão ser postos em votação.

Segundo o secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG), será proposta na reunião de hoje a prorrogação, do dia 10 para o dia 15, do prazo para a apresentação de emendas dos convencionais. Isso, segundo ele, possibilitará apresentação de um maior número de moções dos convencionais.

O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, disse ontem que está muito preocupado com o sistema de votação a ser adotado na convenção. Informou que, além da reunião da executiva, irá se reunir com as principais lideranças partidárias para viabilizar a votação.

Conselho Político tem Constituinte na pauta

O Conselho Político do Governo reúne-se hoje, pela primeira vez no ano. Ele foi convocado pelo presidente José Sarney para analisar basicamente duas questões: situação e perspectivas da Assembléia Nacional Constituinte e conjuntura econômica e suas repercussões políticas e sociais. Participam do Conselho o Presidente da República, o chefe do Gabinete Civil, ministro Costa Couto, e os líderes do governo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Além desta pauta geral, o Conselho Político tratará ainda de assuntos específicos: prorrogação do prazo que proíbe os despejos; projeto de lei do governo sobre as organizações sindicais e projeto de lei de software. A prorrogação da proibição de despejos se originou no

Legislativo e foi transmitido ao Gabinete Civil pelo senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), informou ontem o ministro Costa Couto.

A reunião do Conselho foi adiada duas vezes, no último mês de junho. O presidente Sarney quis marcar a reunião logo depois da divulgação do plano econômico de emergência, mas foi obrigado a cancelar porque dois dos participantes (deputados Luiz Henrique, líder do PMDB, e José Lourenço, líder do PFL) viajaram para Portugal. Em seguida, o líder do governo no Senado, Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), embarcou para os Estados Unidos onde foi discutir a questão da dívida externa. As viagens, informou o ministro Costa Couto, foram "o único motivo de adiamento da reunião".

Planalto não impõe sigilo sobre agenda

A agenda do presidente Sarney continuará a ser divulgada da mesma forma e não há nenhuma intenção de torná-la sigilosa. A informação foi dada ontem pelo portavoza da Presidência da República, Frota Neto. Disse ele que não há sentido em mudar este procedimento, porque «a agenda divulgada é apenas a agenda formal».

Da mesma forma, o presidente da República pretende também continuar anunciando suas viagens publicamente e, no Gabinete Civil da presidência, o ministro Costa Couto se surpreendeu com as notícias informando que haveria mudanças. «Não tenho qualquer conhecimento disso», afirmou Costa Couto.

A mudança de procedimento na divulgação das viagens e da agenda foi um dos assuntos conversados entre o presidente Sarney e o primeiro-ministro espanhol, Felipe Gonzales. O premiê espanhol impressionou-se com o fato de se fazer ampla divulgação das viagens presidenciais. Apesar disso, Sarney não pretende introduzir mudanças e nem mesmo os conselhos de sua segurança pessoal alteram a disposição do presidente, de acordo com o que foi apurado pelo *Jornal de Brasília*.

Arraes pede contestação de nomeações

Recife — Através de ofício encaminhado ao procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, o governador Miguel Arraes, de Pernambuco, solicita que ele argua, junto ao Supremo Tribunal Federal, a inconstitucionalidade de três leis estaduais que permitiram aos ex-governadores Marco Maciel, José Ramos e Roberto Magalhães, e ao ex-presidente da Assembléia Legislativa, Osvaldo Rabelo, nomear 31 pessoas (entre advogados de ofício, curadores e defensores de indiciados e delegados da polícia de menor) sem prévio concurso público.

Segundo o ofício do governador, a Lei Estadual 8.881, de 1981, estabelece que "os cargos de curador e defensor de indiciados serão providos por livre escolha do governador do Estado, respeitados os requisitos previstos na presente lei".

Inconstitucional

O governador entendeu que a dispensa do concurso público para o provimento daqueles 31 cargos feriu a Constituição Federal e lembra que entre os nomeados às vésperas da eleição de 1986 estão quatro deputados estaduais do partido do governo, "todos de improvável reeleição". "Tanto isto é certo", acrescenta, que somente um deles se elegeu".